

A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA NA ERA DIGITAL

Artigo científico apresentado ao eixo temático “Articulações Políticas Governamentais e Não-Governamentais no Ciberespaço”, do V Simpósio Nacional da ABCiber.

Luis Eduardo Tavares¹

Natasha Bachini Pereira²

Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (NEAMP)

Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Resumo

O presente artigo procura explorar as relações entre a morfologia social e as tecnologias comunicativas digitais expressas na construção histórica do sentido de transparência pública, abordando duas experiências brasileiras contemporâneas, a Transparência Brasil e a Transparência Hacker. Tais experiências, seguindo o acelerado fluxo de inovações das tecnologias comunicativas digitais, representam, num curto espaço de tempo, respectivamente dois momentos do entendimento acerca do conceito de transparência e de sua relevância no âmbito social e político.

Palavras-chave: transparência, sociedade informacional, ciberpolítica.

Abstract

This article seeks to explore the relationship between social morphology and digital communication technologies expressed in the historical construction of the sense of public transparency by addressing two contemporary brazilian experiences, Transparency Brazil and Transparency Hacker. Such experiences, following the rapid flow of innovations in digital communication technologies, represent a short space of time, respectively, two moments of understanding the concept of transparency and its relevance in the social and political.

Key-words: transparency, information society, cyberpolitics.

1 Sociólogo, Mestre pela PUC-SP e pesquisador do NEAMP – Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política. Email: leptavares@gmail.com

2 Socióloga, mestranda pela PUC-SP e pesquisadora do NEAMP – Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política. Email: natashabachini@hotmail.com

Introdução

As atuais transformações sociais que se processam a partir da inserção cada vez maior na vida cotidiana de tecnologias comunicativas digitais demonstram importantes diferenças entre estes meios de comunicação e os anteriores. Esta percepção torna-se principalmente notável pela rapidez com que diversas mudanças estão sendo instauradas, deixando visível uma influência direta da nova tecnologia e, mais do que isso, ampliando uma percepção das relações históricas entre meios de comunicação e formas de organização sociais, econômicas e políticas. O presente artigo procura explorar estas relações expressas na construção histórica do sentido de transparência pública, abordando duas experiências brasileiras contemporâneas, a Transparência Brasil e a Transparência Hacker. Tais experiências, seguindo o acelerado fluxo de inovações das tecnologias comunicativas digitais, representam, num curto espaço de tempo, respectivamente dois momentos do entendimento acerca da transparência pública.

As sucessivas invenções nas técnicas de comunicação e linguagem sempre mantiveram estreitas ligações entre as formas de organização política e o funcionamento da esfera pública, condicionando os processos interativos entre governos e cidadãos. As transformações que hoje experimentamos advêm da passagem de uma mediação da esfera pública baseada em meios de comunicação analógicos para meios de comunicação digitais, cada qual correspondendo a um certo diagrama de forças. Dessa maneira, para melhor descrever estas transformações e analisar seus sentidos, vamos adotar aqui uma diferenciação de modelos de meios de comunicação. Classificamos como tecnologias comunicativas de massa ou analógicas aqueles meios de comunicação emergentes na sociedade industrial, tais como o jornal diário, o rádio, o cinema e a televisão que ajudaram a formatar a sociedade de massa do século XX e sua cultura. E classificamos como tecnologias comunicativas colaborativas ou digitais os meios de comunicação emergentes na sociedade pós-industrial ou informacional, tais como o computador pessoal e todos os dispositivos móveis de comunicação, o software, a internet e a world wide web, os quais, arriscamos afirmar, estão ajudando a formatar uma sociedade e cultura de novo tipo no século XXI. Nesse sentido, como discutimos aqui, as possibilidades técnicas oferecidas pelos meios de comunicação digital estão atualizando o conceito de transparência pública, o qual apresenta-se em correlação com os processos de formação da opinião pública e de participação cidadã.

No caso político brasileiro, o debate sobre a transparência pública emerge do processo

de abertura política pós ditadura militar e reorganização da sociedade civil. Sob as condições democráticas, a estrutura arraigadamente corrupta da política institucional brasileira vem à tona em seguidos escândalos nos meios de comunicação, gerando diversas ações de combate à corrupção na sociedade civil organizada. Com o surgimento da internet, não demora para que esta seja utilizada em novas ações nesse sentido, é o caso da organização não-governamental Transparência Brasil, fundada em abril de 2000. Julgando a falta de transparência pública, assim como a desinformação do cidadão, importantes fatores que alimentam a corrupção, os idealizadores da Transparência Brasil organizaram diversos projetos visando publicizar na web informações sobre a biografia e ficha dos políticos, financiamentos eleitorais, processos de licitação, votação de leis, entre outros.

Ao longo da década, o rápido desenvolvimento da internet e seus aplicativos engendraram novos padrões de tratamento da informação pública e, por conseguinte, de novas possibilidades de ações da sociedade civil. A constituição de uma rede de ciberativistas formou, em outubro de 2009, a comunidade Transparência Hacker, cujas ações estão focadas principalmente na abertura e na disposição de dados das administrações públicas ou de instituições financiadas com dinheiro público de forma a permitir novos tratamentos por parte dos próprios cidadãos. A partir da aplicação de softwares, os dados podem receber diferentes cruzamentos e recombinações que resultem em novas informações, conhecimentos e serviços. Para isso, emprega-se tanto as últimas novidades em ferramentas de software, quanto as habilidades de usuários hackers na manipulação destas no sentido de aperfeiçoar desde a produção dos dados até a sua disponibilização na web para o público.

Este artigo visa alcançar uma compreensão de como estas duas experiências manifestam diferentes momentos da evolução do conceito de transparência pública, condicionada pela correlação entre o desenvolvimento das tecnologias comunicativas e a esfera pública e, dessa forma, como inscrevem-se no cenário político brasileiro.

A evolução do conceito de transparência pública

A forma e o funcionamento da esfera pública numa dada sociedade são condicionados pelo sistema dos meios de comunicação. No ocidente, a liberalização dos regimes políticos e a formação da democracia moderna estão relacionados ao desenvolvimento das tecnologias comunicativas e seus correspondentes tipos de mediação social. No que se refere as formas de

interação entre os governos e as populações, estas podem ser expressas no grau de visibilidade do poder ou transparência e, correlatamente, na formação da opinião pública e na qualidade da participação cidadã. Estes elementos estão hoje sendo radicalmente reconfigurados pelos atuais padrões de comunicação da chamada Web 2.0.

A transparência pública sob as tecnologias comunicativas analógicas

O conceito de transparência, aplicado na política, está intimamente relacionado ao significado de público, isto é, da própria constituição da esfera pública. Embora sua origem possa nos remeter a vida na polis grega e a *res publica* romana, é no início da idade moderna que ela começa a assumir a forma como a conhecemos hoje. Basicamente, de acordo com John B. Thompson (1998), é neste período que a esfera pública começou a significar aquilo que pertence ao Estado, bem como as ações executadas por ele, e a esfera privada circunscrevendo o domínio das atividades econômicas de mercado, relações pessoais e familiares, separadas do Estado.

O nascimento da esfera pública moderna também coincide com o surgimento da imprensa e, por conseguinte, da palavra “publicada”, donde emerge um segundo sentido associado a uma mudança na visibilidade do poder. Segundo Thompson:

“De acordo com este sentido, 'público' significa 'aberto' ou 'acessível ao público'. Público nesse sentido é o que é visível ou observável, o que é realizado na frente de espectadores, o que está aberto para que todos ou muitos vejam ou ouçam. Privado é, ao contrário, o que se esconde da vista dos outros, o que é dito ou feito em privacidade ou segredo ou entre um círculo de pessoas. Neste sentido, a dicotomia tem a ver com *publicidade versus privacidade*, com *abertura versus segredo*, com *visibilidade versus invisibilidade*” (THOMPSON, 1998: 112).

Assim, este autor define dois tipos de publicidade pré e pós o surgimento da imprensa. Antes, a publicidade dos indivíduos ou dos acontecimentos era ligada ao compartilhamento de um lugar comum, ou seja, um evento tornava-se público quando era representado diante de pessoas reunidas numa praça ou num mercado, por exemplo. Thompson descreve este tipo como “publicidade tradicional de co-presença”. Com o desenvolvimento da imprensa, foi criado um tipo bem diferente de publicidade, ligada às características da palavra impressa e a seu modo de produção, difusão e apropriação. Entramos na era da “publicidade mediada”, em que fenômenos podem tornar-se públicos para indivíduos que não estão fisicamente presentes. Estes indivíduos abrangem uma coletividade dispersa que não pode ser localizada no tempo e

no espaço e que não interagem uns com os outros em encontros face a face. Graças a imprensa, o ato de tornar algo público libertou-se do intercâmbio presencial, porém instituiu uma dependência do acesso aos meios de produção e transmissão da palavra impressa. No que concerne a visibilidade do poder, os efeitos da publicidade mediada vão intensificar-se com os meios de comunicação eletrônicos no século XX, na medida em que os representantes do governo são diretamente ouvidos e vistos por milhões de pessoas.

O grau de exposição dos políticos nos meios de comunicação, nos dias de hoje, é tanto que chegamos a criar uma certa familiaridade com estes e até julgamos conhecê-los. Por isso, é curioso pensarmos que ao longo de toda história até uma época relativamente próxima, no começo do século XX, a maior parte da população jamais vira o rosto de seus governantes, exceto quando este era impresso em moedas. As cortes reais e a cúpula da igreja eram confortavelmente protegidos da exposição pública, agindo no interior de seus palácios sem qualquer intervenção de seus súditos.

“Nos primeiros escritos teóricos sobre a *raison d'état*, a privacidade dos processos de tomada de decisão era justificada pelo recurso ao *arcana imperii* – isto é, à doutrina do segredo de Estado, que sustentava que o poder do príncipe é mais efetivo e verdadeiro com seus objetivos se for escondido da contemplação das pessoas e com a vontade divina invisível” (THOMPSON, 1998: 113).

A liberalização dos regimes a partir do século XVIII impôs diversos limites a invisibilidade do poder. A instauração do parlamento substituiu o gabinete fechado, a doutrina do *arcana imperii* dá lugar ao Segredo de Estado, restrito a questões consideradas de segurança e estabilidade nacionais, e o princípio da liberdade de imprensa ao pressionar pela difusão de informações de interesse social exerce as primeiras formas de controle público do governo. Todas essas questões representam profundas alterações no exercício do poder, contudo, os efeitos do rádio e principalmente da televisão sobre a visibilidade do poder vão reconfigurar completamente as ações dos governantes.

A administração da visibilidade dos governantes se restringia a suas aparições públicas diante daqueles com quem interagiam face a face. Eles então só precisavam transmitir uma aura de poder através de modos pomposos de se vestir, de montar, de empunhar a espada. Mas, com os meios de comunicação de massa, sobretudo a televisão, a exposição dos governantes é amplificada de tal forma que sua vida privada é devassada e cada palavra e gesto seu deve ser minimamente calculado, diante de uma audiência que não está fisicamente presente.

“Eles devem se policiar continuamente e empregar um alto grau de reflexividade para monitorar suas ações e expressões, pois um ato indiscreto ou uma observação inconsequente podem, se forem gravadas e transmitidas a milhões de expectadores, ter desastrosas consequências” (THOMPSON, 1998: 127).

Toda essa exposição do poder nos meios de comunicação, moldou as práticas políticas de massa, característica do século XX. Os regimes totalitários utilizaram amplamente os meios de comunicação, fazendo da exposição de seus déspotas um culto à personalidade, sempre ancorados nos princípios da informação sigilosa do segredo de Estado. Os regimes democráticos, por sua vez, caminharam no sentido da abertura da informação pública não tendo, seus políticos, possibilidade de prescindir à exposição aos meios de comunicação para disputar os votos. Neste segundo caso, a visibilidade tem a conotação de transparência pública, dentro da concepção de público enquanto algo que deve ser aberto, acessível, permitindo o monitoramento e o controle por aqueles a quem o assunto diz respeito. À medida que algo de interesse público é fechado ou tornado secreto pode-se dizer que é anti-democrático.

A transparência pública sob as tecnologias comunicativas digitais

A ascensão da tecnologia digital instaura uma mudança estruturante nas formas dos meios de comunicação ao alterar a posição e a identidade dos sujeitos interagentes. Enquanto que a tecnologia analógica procede com o repasse das informações procedentes de um emissor em direção a milhares de receptores em fluxos unidirecionais que constituem a comunicação de massa, a comunicação digital apresenta-se como um processo em rede de fluxos multidirecionais e interativos, onde os papéis de emissor e receptor se fundem e o conteúdo comunicado é construído colaborativamente. A importância de tal mudança consiste na ruptura estabelecida com padrões tecnológicos de comunicação num período que vai desde o advento da palavra escrita até os meios de comunicação de massa no século XX.

Este potencial de comunicação em rede da tecnologia digital não se realizou imediatamente ao seu surgimento, mas somente com o advento da internet e, sobretudo, com a arquitetura aberta da world wide web. Projetada por Tim Berners-Lee aproximadamente em 1990, a web apresenta uma estrutura simples pensada “para que qualquer pessoa pudesse

compartilhar informações com qualquer outra pessoa, em qualquer lugar”³. Funcionando, desde o início, com padrões abertos e livres de licenças, ela permite que seus usuários criem aplicativos sem permissão ou sem ter que pagar, assim ela vem expandindo até hoje suas capacidades a partir do trabalho coletivo de milhares de pessoas ao redor do mundo. No entanto, poucos notaram nos primeiros dez anos de sua existência que o seu grande potencial residia justamente nestes padrões abertos e na sua arquitetura participativa. O grande divisor de águas nesse sentido foi o estouro da bolha das empresas ponto-com em 2001, com a eliminação de diversos atores, a afirmação do sucesso de outros e a compreensão do que os distinguiu. Uma série de novos sites emergentes após a crise (Google, Wikipédia, Youtube, Facebook, Twitter) que cresceram incrivelmente e redefiniram o mercado, tem a característica comum de envolver a inteligência coletiva da rede.

Este novo cenário foi denominado de Web 2.0, um conceito criado numa conferência organizada pelas empresas O'Really Media e MediaLive Internacional, em 2004, cujo objetivo era entender o fenômeno. De fato, não se tratava de uma nova web, esta continuava a seguir seus mesmos padrões e protocolos, o que mudava mesmo era a compreensão do mercado sobre esta ferramenta. Nesta conferência, concluiu-se algumas das principais lições da Web 2.0, baseadas nos sucessos desses novos sites, tais como a arquitetura participativa que permite e incentiva o engajamento dos usuários na produção de conteúdos e auto-serviços, a utilização de licenças não-proprietárias ou flexíveis que favorecem a “*hackeabilidade*” e “*remixabilidade*” dos conteúdos e a possibilidade de funcionar em diversos dispositivos de acesso à internet, não somente o PC4.

Estas lições tiradas para novas plataformas, orientadas para a participação e o trabalho colaborativo dos usuários começam a formar também uma mutação no conceito de transparência pública, uma vez que tornar a informação visível já não satisfaz as novas demandas de participação, sendo preciso que ela seja também manipulável. Quando se considera que o envolvimento da inteligência distribuída em rede é o principal fator da geração de inovação e valor, modifica-se as premissas relativas ao acesso às fontes de informação. Surgem, então, novos modelos de fazer negócios e política.

Nesse sentido, outra tendência importante que se estabelece nas plataformas da Web 2.0 são os *mash-ups*⁵, que ganharam evidência com as possibilidades do Google Maps de ser

3 Long Live the Web: A Call for Open Standards and Neutrality: <http://bit.ly/aUB28Z> Acesso em 01/03/2011.

4 Baseado em O'Reilly, Tim (2005), *O que é Web 2.0: Padrões de design e modelos de negócios para a nova geração de software*: <http://bit.ly/ih2GKW>. Acesso em 02/03/2011.

5 *Da Wikipédia*: “Um *mashup* é um website ou uma aplicação web que usa conteúdo de mais de uma fonte

combinado com outras fontes de dados para gerar os mais diferentes tipos de pesquisas e serviços interativos. O sucesso desses *mash-ups* levou diversos outros sites importantes a abrirem suas APIs – *Application Programming Interface* e poderem ser combinados a outros dados. Esta possibilidade técnica foi um dos estopins para as ações de Civic Hacking que operam cruzamentos e combinações de diferentes fontes e bases de dados numa mesma interface para se chegar a resultados inesperados, mas que potencializam as informações, tal como praticado pela comunidade Transparência Hacker. Os *mash-ups* representam a cultura do remix que se constitui na sociedade informacional e que para se efetivarem requerem o copyleft.

No âmbito do mercado, eclodiu numa nova categoria de trabalho denominada “crowdsourcing”, como uma nova forma de terceirização de serviços à rede. O termo adveio de “outsourcing” que vinha sendo empregado a mais tempo e se referia a forma mais tradicional de terceirização, mas de serviços informacionais. A ideia de outsourcing, que é mais um tipo de mão de obra barata, começou a ser usado para nomear práticas trabalhistas como a de trabalhadores de telemarketing indianos contratados por empresas estadunidenses. A ideia é de que não importa onde estejam os operários contanto que estejam conectados a rede. Já o crowdsourcing, nomeado pela primeira vez por Jeff Howe, num artigo da revista Wired⁶, em 2006, funciona de maneira distinta, pois não há uma equipe de trabalhadores a serem contratados, a inteligência coletiva da rede é quem faz o trabalho, em alguns casos de maneira voluntária, em outros mediante premiações. Uma empresa, por exemplo, lança um problema na rede como um desafio e premia aqueles que conseguirem solucioná-los, como no caso mencionado por Don Tapscott em entrevista a revista Veja:

“O caso da Goldcorp, empresa do setor de mineração, é exemplar. A companhia estava insegura sobre onde tentar explorar ouro e tomou uma atitude inédita: divulgou seus dados geológicos, que normalmente são o grande segredo desse setor, e ofereceu um prêmio a quem tivesse a melhor análise que indicasse onde fazer uma exploração. A empresa pagou 500 mil dólares em prêmio e encontrou 3,4 bilhões de dólares em ouro. O valor de mercado da Goldcorp pulou de 90 milhões para 10 bilhões de dólares”.⁷

No âmbito da política, estas práticas colaborativas definem novas relações entre governos e cidadãos e implicam novas exigências nos padrões de transparência pública, como

para criar um novo serviço completo.” Acesso em 02/03/2011.

6 The Rise of Crowdsourcing. Wired Magazine, junho de 2006: <http://bit.ly/BHPY>. Acesso em 29/04/2011.

7 A Inteligência Está na Rede. Revista Veja, 13/04/2011: <http://bit.ly/gUIVpT>. Acesso em 01/05/2011.

demonstra o princípio de Dados Governamentais Abertos. Este princípio está baseado nas lições tiradas da Web 2.0.

Trata-se de uma filosofia e de uma prática que consiste na abertura dos dados produzidos pelos governos de forma que os cidadãos possam não apenas acessá-los, mas manipulá-los afim de produzir novas informações e conhecimentos capazes de gerar serviços mais eficientes. Nasce no contexto tecnológico digital como replicação de modelos representados pelo software livre (open source), da world wide web e todo o desenvolvimento da tecnologia de compartilhamento de arquivos e produção colaborativa aplicado à gestão pública governamental. Implica numa nova técnica de governo, também chamada de Governo 2.0, que o entende como uma plataforma aberta a inteligência distribuída em rede para o trabalho colaborativo como um novo sentido da participação cidadã.

O grande marco das diretrizes de Dados Governamentais Abertos foi desenvolvido em dezembro de 2007 num encontro em Sebastopol, na Califórnia, em que reuniram-se presencial ou virtualmente trinta ativistas convidados por Tim O'Really (O'Really Media) e Carl Malamud (PublicResouce.org), entre eles Lawrence Lessig, o fundador do Creative Commons. O objetivo, como definido por eles, foi: “desenvolver um entendimento mais robusto de porque dados governamentais abertos são essenciais para a democracia”.^{8 9} O encontro resultou na formulação de 8 princípios, que reproduzimos abaixo, aos quais devem seguir a publicação de dados governamentais para serem considerados abertos:

Completos	Todos os dados públicos são disponíveis. Dado público são dados que não se submetem a limitações válidas de privacidade, de segurança ou de privilégios de acesso.
Primários	Os dados são como os coletados na sua fonte, com o maior nível possível de granularidade, não estando em formas agregadas ou modificadas.
Atualizados	Os dados são disponibilizados tão rápido quanto necessário para preservar seu valor.
Acessíveis	Os dados são disponíveis para a o maior escopo possível de usuários e para o maior escopo possível de finalidades.
Legíveis por máquinas	Os dados são razoavelmente estruturados para permitir processamento automatizado.

⁸ Open Government Data Principles: http://resource.org/8_principles.html. Acesso em 03/04/2011.

⁹ Programação do encontro e participantes: <http://bit.ly/Yoa9L>. Acesso em 03/04/2011.

Não-discriminatórios	<i>Os dados são disponíveis para todos, sem necessidade de registro para acessá-los.</i>
Não-proprietários	<i>O dados são disponibilizados num formato sobre o qual nenhuma entidade tem controle exclusivo.</i>
Livres de licenças	<i>Os dados não estão sujeitos a nenhuma regulação de direitos autorais, patentes, propriedade intelectual ou segredo industrial. Restrições razoáveis de privacidade, segurança e privilégios podem ser permitidas.</i>

Esta filosofia foi impulsionada mundialmente com a adoção pela Casa Branca em 2009 de diretrizes de governo aberto, como parte do programa de modernização trazido pela eleição do presidente Barak Obama. O documento que as institui discorre da seguinte maneira:

“Os três princípios de transparência, participação e colaboração formam a base de um governo aberto. A transparência promove a responsabilização pela prestação de informações ao público sobre o que o Governo está fazendo. A participação permite aos membros público contribuir com ideias e conhecimentos para que seu governo possa fazer política com o benefício da informação que está dispersa na sociedade. A colaboração melhora a eficácia do Governo, incentivando parcerias e cooperação no âmbito do Governo Federal, através dos níveis de governo, e entre o governo e instituições privadas.”¹⁰

Após essa breve contextualização a respeito da atual acepção de transparência pública decorrente da inserção das tecnologias comunicativas digitais na vida cotidiana e suas potencialidades, trabalharemos este conceito de acordo com as proposições de dois movimentos civis brasileiros, a Transparência Brasil e a Transparência Hacker, considerando as possibilidades de participação política que estes reivindicam.

Transparência Brasil

A Organização Não-Governamental Transparência Brasil, foi fundada por membros da sociedade civil brasileira no mês de abril do ano 2000, com o objetivo de auxiliar no combate a corrupção no país. A Transparência Brasil inspirou-se em uma iniciativa da sociedade civil global, a Transparency International¹¹, entidade com a qual manteve parceria até o ano de

¹⁰ Open Government Directive: <http://1.usa.gov/arNG2A>. Acesso em 04/04/2011.

¹¹ <http://www.transparency.org>

2007.

Ao observar as disparidades entre as esferas econômica e social, a ONG às atribui a falta de transparência do cenário político brasileiro contemporâneo. Com base nisso, a Transparência Brasil se propõe a “ajudar as organizações civis e governos de todos os níveis a desenvolver metodologias e atitudes voltadas ao combate à corrupção”¹². Nesse sentido, a ONG se dedica ao levantamento de dados empíricos sobre a incidência da corrupção no país em diferentes esferas e a criação de instrumentos de Internet que monitorem este fenômeno.

Todo este trabalho da organização é viabilizado por meio de seu site¹³, sendo este sua principal ferramenta, onde são expostas informações divulgadas por instituições públicas e pela imprensa sobre os nossos políticos. Estas informações são disponibilizadas através de um banco de dados mantido e atualizado permanentemente pela ONG sobre os políticos e as instituições brasileiros. Além disso, são formulados relatórios sobre estes dados com o intuito de tornar mais acessíveis as informações apresentadas de forma complexa nos sites governamentais, dispondo-as de forma que sejam compreendidas pelo cidadão leigo. A publicização destes dados é organizada entre as seguintes ferramentas do site da Transparência Brasil:

Excelências – O projeto traz o histórico da vida pública de todos os parlamentares federais e estaduais. Conta também com o noticiário sobre corrupção no país, revelando os processos a que respondem na Justiça, multas recebidas por Tribunais de Contas, declarações de bens, padrões de financiamento eleitoral, frequência ao trabalho, etc. Este projeto foi vencedor do Prêmio Esso de Jornalismo em 2006.

As Claras – Se trata de um banco de dados com informações e análises sobre o financiamento eleitoral.

Deu no Jornal – Um arquivo de reportagens sobre corrupção dos principais veículos do noticiário nacional, que é atualizado diariamente.

Assistente Interativo de Licitações – Aplicativo que tem o intuito de identificar desvios comparando editais de licitação com as exigências legais. O aplicativo foi realizado em parceria com o Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Desempenho em Licitações nos Municípios de Santa Catarina – Projeto realizado em parceria com o Tribunal de Contas de Santa Catarina que levantou as aquisições realizadas pelos 293 municípios do estado desde o ano de 1997.

¹² Estatuto da ONG: <http://www.transparencia.org.br/index.html> Acesso em: 05/07/2011

¹³ <http://www.transparencia.org>

Meritíssimos – Projeto mais recente da ONG voltado ao desenvolvimento de indicadores de desempenho do Judiciário brasileiro cujo principal objetivo é mensurar o tempo de resolução dos processos. Como ainda se trata de uma versão piloto, o projeto observa inicialmente o trabalho dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

A iniciativa da Transparência Brasil na divulgação dos dados públicos pela Internet foi pioneira entre os meios de comunicação e até mesmo entre a maior parte de nossas instituições políticas, motivo pelo qual a ONG foi selecionada como objeto desse estudo. Essa iniciativa deu um novo significado ao conceito de transparência presente na agenda política e alterou a relação entre as instituições e sociedade civil no país. Essas informações veiculadas pela Transparência Brasil ao longo dos anos contribuíram para o volume de denúncias da imprensa em relação à políticos brasileiro e trouxe à tona novas discussões referentes à questão da representatividade na democracia brasileira. Seu surgimento contribuiu para um comportamento mais transparente das instituições, que passaram cada vez mais a publicizar seus dados através de seus sites oficiais.

Ao exigir transparência daqueles que deveriam representar os interesses do povo e agir em prol do bem comum, a organização atenta para a necessidade de coibição de “brechas” no sistema político que permitam o comportamento corrupto. Embora a publicização dos dados referentes ao funcionamento e desempenho das instituições públicas esteja prevista na Constituição Brasileira, antes da iniciativa da Transparência Brasil, os órgãos governamentais que se utilizavam da Internet para este fim eram raros, um cenário que se alterou ao longo da década de 2000.

No entanto, as propostas da ONG não abarcam as potencialidades inerentes à estrutura da Web para proporcionar uma participação política direta dos cidadãos sobre os dados públicos, operando ainda por meio da lógica da visibilidade e de fluxos unidirecionais de informações, características das tecnologias comunicativas de massa.

Transparência Hacker

A comunidade Transparência Hacker é um movimento social brasileiro típico da sociedade informacional, tanto por suas características organizacionais quanto programáticas. Trata-se de uma coalizão de ciberativistas, organizados em rede e mobilizados através do ciberespaço, dedicada ao tratamento, em diversos níveis, de dados de interesse público,

utilizando-se das tecnologias comunicativas digitais disponíveis e visando a apropriação e utilização social desses dados para os mais variados fins.

A Transparência Hacker, ou simplesmente Thacker como é chamada, forama-se em outubro de 2009 como efeito da situação histórica marcada pela emergência da sociedade informacional, bem como pela transição das formas de mediação social pelas tecnologias comunicativas de massa para as tecnologias comunicativas colaborativas; apresentam-se como produtos de uma conjuntura marcada pelo crescimento de práticas colaborativas em rede alimentadas pelas Web 2.0; e expressam conflitos relacionados ao direito de acesso a informação, pelas necessidades cidadãs de dispor de dados públicos abertos conforme os padrões atuais de transparência e a resistência dos governos em implementá-las. Esta rede de ciberativistas ainda promove ações para evidenciar a importância da liberalização desses dados em formato aberto, bem como pressões sobre órgãos governamentais para que adotem tais medidas.

Em setembro de 2009, a clonagem do Blog do Planalto por dois ciberativistas de São Paulo foi um fato marcante para o surgimento da Thacker. A Secretaria de Comunicação Social ligada à Presidência da República inaugurou o Blog do Planalto, em plataforma Wordpress, no dia 31 de agosto de 2009 como uma nova estratégia de comunicação com os cidadãos até então nunca utilizada por uma presidência no Brasil, apesar de os blogs já serem amplamente difundidos na Web, sendo inclusive utilizados por muitos políticos brasileiros, principalmente em campanha eleitoral. Contudo, a direção do Blog decidiu por não ativar a função de comentários dos *posts* impedindo a interatividade com o público e as possibilidades de debates naquele espaço, a partir das informações vinculadas. Dessa forma, estando on-line, o Blog do Planalto desagradou logo de início o público habituado a comunicação interativa na internet, gerando grandes críticas na rede.

Contudo, apesar de o Blog não permitir a interatividade, ele dispunha de dois elementos importantes para o tratamento de dados abertos. O primeiro era o RSS – *Really Simple Syndication*, um protocolo bastante utilizado em blogs e sites de notícias destinados ao compartilhamento dos conteúdos com outros sites. E o segundo era que o Blog estava licenciado em Creative Commons sob a CC-by-sa-2.514, que permite a reutilização dos conteúdos por outros usuários, desde que citada a fonte. Com a facilidade do RSS e a permissão legal do CC, no dia 01 de setembro, um dia após o lançamento oficial, em 30

14 <http://eleicoes.mamulti.com/>. Acesso em 03/03/2011.

minutos e sem gastar um centavo os ciberativistas conseguiram clonar o Blog do Planalto no endereço <http://planalto.blog.br/> (o endereço do Blog original é <http://blog.planalto.gov.br/>) também utilizando a plataforma Wordpress, mas ativando a função de comentários. Como eles contam, em dois dias o clone do Blog já alcançava cerca de 20.000 visitas e mais de 1.600 comentários¹⁵. A Secretaria de Comunicação da Presidência da República ao tomar conhecimento da clonagem discutiu internamente e considerou legítima a ação e alegou que não ativou os comentários por falta de *staff* para moderá-los. Ainda hoje, ambos os Blogs coexistem de forma sincronizada, permanecendo o oficial com os comentários desativados. Diversas lições puderam ser extraídas desta ação provocativa, principalmente sobre as possibilidades de se trabalhar dados públicos para gerar novas funcionalidades. Dessa forma, a clonagem do Blog do Planalto serviu para impulsionar uma comunidade voltada a esta modalidade de ação política, que levou o nome de Transparência Hacker.

Os principais projetos desenvolvidos pela comunidade Thacker são:

Blog do Planalto: já descrito acima;

Legisdados¹⁶: Espelha os dados de tramitação parlamentar no Brasil, inicialmente da câmara e senado, mas extensível a outras casas legislativas estaduais e municipais. A ideia é permitir que a sociedade acompanhe e cobre os governantes.

Alagamentos-SP: Utilizando dados do CGE SP – Centro de Gerenciamento de Emergência de São Paulo, organiza de forma simples e clara dados públicos sobre alagamentos em São Paulo para contribuir com o entendimento sobre o tema e para a conscientização da importância da transparência de dados públicos.

Debutados Analytics: visa analisar as estatísticas dos deputados e gerar rankings mais compreensivos pela comunidade em geral, com base nos dados disponíveis na página do congresso nacional.

Leigos: visa a implantação de uma plataforma colaborativa que tornará a linguagem jurídica mais acessível ao cidadão, por meio da “tradução” colaborativa de documentos da legislação brasileira para um vocabulário mais próximo ao da comunicação cotidiana. A ideia é “leigalizar” o conhecimento jurídico.

¹⁵ Ver <http://blog.esfera.mobi/moderacao-colaborativa-para-o-clone-do-blog-do-planalto/>. Acesso em 03/03/2011.

¹⁶<http://eleicoes.mamulti.com/>

Sabe com quem está falando?: Projeto pensado para agregar, organizar e divulgar registros de abusos por parte das autoridades brasileiras.

O trabalho Xerifes do DF17: Mapa da influência territorial de políticos locais de Brasília.

Conclusão

De acordo com a exposição realizada, podemos observar que os dois movimentos, oriundos da sociedade civil, o Transparência Brasil e o Transparência Hacker, representam respectivamente dois momentos do entendimento acerca da transparência pública, cujo marco divisor é a constituição da chamada Web 2.0.

Como já frisamos anteriormente, a Web 2.0 não se trata de uma nova Web, mas sim uma nova fase da compreensão desta ferramenta de comunicação enquanto uma plataforma fundamentalmente participativa que favorece o trabalho colaborativo. Tal compreensão ficou clara após o estouro da bolha ponto-com, em 2001, quando emergem novos sites que exploram devidamente estas funcionalidades participativas, gerando novos modelos de fazer negócios e política. Nesse sentido, o conceito de transparência pública ganha novos contornos, abarcando as possibilidades participativa introduzidas por esta nova tecnologia comunicativa. Transparência pública não denota somente a visibilidade de informações de interesse público, mas também as possibilidades dos cidadãos engajarem-se na constituição dessas informações, tal como expresso o nos princípios de Dados Governamentais Abertos.

Nota-se, portanto, o fato de que a Transparência Brasil constituiu-se, em 2000, num momento anterior ao estouro da bolha ponto-com, quando ainda não se tinha a devida compreensão da Web no sentido do envolvimento da inteligência coletiva da rede na construção colaborativa da plataforma. Dessa maneira seus projetos buscam a transparência pública apenas no sentido da visibilidade da informação de forma a qualificar o voto, isto é, a democracia representativa.

A Transparência Hacker, por sua vez, surgida no momento em que a lógica da Web 2.0 se tornara dominante, elabora suas ações no sentido do engajamento dos cidadãos na construção de políticas públicas, concebendo a esfera do Estado como uma plataforma que deve ser aberta tanto quanto a web.

17 <http://eleicoes.mamulti.com/>

Referências bibliográficas

SARTORI, Giovanni (2001), Homo videns: televisão e pós-pensamento. Bauru: EDUSC.

THOMPSON, John B (1998), A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes.